



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Ambiental

A CONVIVÊNCIA E O COMBATE À SECA NAS POLÍTICAS HÍDRICAS PARA O SEMIÁRIDO

GABRIELA ALVES DO NASCIMENTO SILVA¹

SANDRA MARIA BATISTA SILVEIRA²

MARIA GRAÇAS SILVA³

RESUMO

O artigo tem por objetivo abordar os retrocessos nas políticas hídricas direcionadas ao Nordeste semiárido, a partir do golpe de 2016 e durante governos os Temer/Bolsonaro (2016/2022), tendo em vista que as políticas hídricas destinadas à referida região são, historicamente, determinadas pelo caráter reducionista e fragmentado. Abordamos os fundamentos sociopolíticos que marcam a estruturação das políticas hídricas na região, considerando a historicidade desta e as contradições oriundas do modo de produção vigente; ademais, apresentamos as intervenções estatais, focalizando na realidade pós-2016. Para tanto, realizamos um estudo orientado pelo método crítico-dialético e de caráter exploratório, a partir dos resultados de pesquisa Pibic realizada nos anos de 2021-2023. Assim, verifica-se que a questão hídrica é perpetuada na região ancorada na reprodução do discurso hegemônico sobre seca, o que impõe a constatação de que as políticas hídricas contemporâneas requerem um resgate da metodologia oriunda da convivência, como expressão das lutas camponesas na região.

Palavras-chave: Água; Nordeste; Semiárido; Políticas Hídricas.

ABSTRACT

¹ Universidade Federal de Pernambuco

² Universidade Federal de Pernambuco

³ Universidade Federal de Pernambuco



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

The article aims to address the setbacks in water policies directed towards the semi-arid Northeast of Brazil, starting from the political coup of 2016 and throughout the Temer/Bolsonaro governments (2016/2022). It is worth noting that water policies targeting this region have historically been characterized by a reductionist and fragmented approach. We discuss the sociopolitical foundations that shape water policies in the region, taking into consideration its historical context and the contradictions arising from the current mode of production. Furthermore, we present the state interventions, focusing on the post-2016 reality. To achieve this, we conducted a study guided by the critical-dialectical method and of an exploratory nature, based on the results of a research project carried out from 2021 to 2023 as part of the PIBIC program (Undergraduate Research Initiation Program). In light of this, it is evident that the water issue persists in the region due to the reproduction of the hegemonic discourse regarding drought, which highlights the need to reclaim the methodology derived from living with the semi-arid environment as an expression of the struggles of rural communities in the region.

Keywords: Water; Northeast; Semi-arid; Water policies

INTRODUÇÃO

As políticas hídricas para o Nordeste semiárido foram, historicamente, marcadas pelo caráter focalizado e emergencial, traços que permeiam as políticas sociais sob a égide do capital, com a particularidade de incluir em seu bojo uma determinada concepção do território do Semiárido como espaço improdutivo e marcado pela miséria. Este pressuposto predomina nas políticas de combate à seca, instituídas ao longo do século XX até a primeira década do século XXI, quando foram incorporadas pelo Estado demandas da sociedade civil organizada e movimentos sociais rurais em torno da chamada perspectiva de convivência com o Semiárido brasileiro. Entretanto, a partir de uma realidade ultraneoliberal e de caráter conservador, instaurada em âmbito nacional a partir do golpe institucional de 2016, reatualiza-se uma visão estereotipada sobre o Semiárido e a problemática hídrica que o permeia.

Nosso objetivo neste artigo é discutir os retrocessos nas políticas de água direcionadas ao Nordeste semiárido do Brasil, a partir do golpe de 2016 e ao longo dos governos Temer/Bolsonaro (2016/2022). Portanto, neste artigo, abordamos o Nordeste desde os fundamentos sociopolíticos que determinam as políticas hídricas dirigidas a esta região brasileira, considerando a

historicidade e as contradições da questão hídrica no semiárido brasileiro. Apresentamos um panorama das estratégias do Estado na condução das Políticas de água dirigidas ao Nordeste, buscando evidenciar, especialmente, as alterações ocorridas a partir do golpe de 2016 e dos governos Temer/Bolsonaro.

As reflexões presentes neste estudo baseiam-se no método crítico-dialético, através do qual compreendemos os conflitos socioambientais por água no Nordeste semiárido como parte das estratégias do capital de apropriação dos recursos naturais como insumos produtivos, visando a acumulação, ao mesmo tempo em que a água representa a sobrevivência das populações trabalhadoras rurais, o que expõe os conflitos de classe que permeiam as demandas por água na região. As reflexões expostas resultam de pesquisa de caráter exploratório, e sistematiza os resultados do estudo documental realizado através de pesquisa Pibic nos anos 2021 a 2023.

A questão hídrica no Nordeste semiárido do Brasil

A apropriação privada dos recursos naturais, dentre eles a água, determina a questão hídrica no Nordeste. Por questão hídrica entendemos a problemática ambiental que envolve os usos, a propriedade e a posse da água, a partir da quadra histórica em que a crise ambiental passa a ser tratada como objeto da razão humana e da ação das classes, quando são colocadas em evidência as contradições do acesso e dos diversos usos da água no campo e nas cidades (Silveira, 2017). A questão da água emerge no bojo da questão ambiental, que, conforme Silva (2010) expressa as diversas manifestações da destrutividade da natureza, com efeitos diretos sobre as disponibilidades dos recursos naturais garantidores da vida no planeta. Nas palavras da autora: “a problemática ambiental tem origem na forma histórica com que o sistema do capital exerce o domínio sobre a natureza, convertendo-a em mercadoria e submetendo-a às necessidades de sua reprodução” (Silva, 2010, p.78).

As relações entre as classes sociais estabelecem os conflitos pelos usos da água em todas as regiões e o Estado é desafiado a elaborar respostas efetivas, na forma de políticas de água para suprir as demandas relativas aos múltiplos usos e o saneamento básico. Aliado do grande capital, o Estado tem elaborado, historicamente, políticas que apenas sumariamente atendem as necessidades humanas de abastecimento, nos usos que garantem a sobrevivência da vida humana e animal no campo e nas cidades. Esta realidade não tem superação nos marcos da sociedade capitalista e na vigência das relações de classe, como nos informa Lowy (2013). Portanto, está posto o desafio ideopolítico e teórico de desvendar as particularidades do processo

de apropriação dos recursos naturais no Nordeste, particularmente no Semiárido, com as chaves que o vincula às tendências próprias do modo capitalista de produzir a riqueza material.

Em suma, consideramos que a questão hídrica no Nordeste está vinculada às relações capitalistas de produção, sendo ampliada na contemporaneidade devido ao contexto político, social e econômico que se instaurou na realidade nacional a partir do golpe institucional de 2016 e ao longo dos governos de Michael Temer (2016/2017) e Jair Messias Bolsonaro (2018/2022). Para entender esta questão é necessário, preliminarmente, tratar do Semiárido brasileiro como um clima e região específica do Brasil, delimitado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 2017, caracterizado como região de elevadas taxas de evapotranspiração em relação aos irregulares volumes de chuvas no tempo e espaço (Santos; Schistek; Oberhofer, 2007), o que ocasiona longos períodos de estiagem.

A área do Semiárido corresponde a 1.128.697 km², o que reafirma os apontamentos de Silva (2003), no que se trata do semiárido brasileiro como o maior do mundo em termos de extensão e densidade demográfica, comportando 996 municípios do Nordeste e 91 municípios de Minas Gerais, nos quais habitam em torno de 13% da população brasileira (Brasil, 2018). Desta população, a maioria habita a zona rural, na qual concentram-se os mais altos índices de pobreza (Santos; Schistek; Oberhofer, 2007).

Os autores supracitados expressam o Semiárido brasileiro como uma das regiões mais pobres do país, tendo em vista a baixa renda per capita e os elevados índices de analfabetismo da região. Em concordância com tais afirmativas, dados do Censo Demográfico de 2010 apontam que a maior parte da população em extrema pobreza vive nas áreas rurais, sendo a região do Semiárido a que concentra a maioria da população rural brasileira. Quanto às taxas de analfabetismo, o Censo também aponta que houve uma recente redução tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, no entanto, os índices permanecem mais altos nas áreas rurais, especialmente pelas dificuldades de acesso a escola, como espaço privilegiado da alfabetização (IBGE, 2011).

Neste artigo, escolhemos tratar especificamente do trecho do Semiárido situado na região Nordeste, que corresponde a 1.007.438 km² incluindo os 9 Estados da região, o que corresponde a 64,66% de todo o território nordestino (Brasil, 2018). Além dos índices de pobreza, o Nordeste também concentra um significativo número de conflitos que envolvem os usos, a posse e a propriedade da água, conforme apontam os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT): entre os anos de 2002 a 2022 foram contabilizados 970 (novecentos e setenta) conflitos por água no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nordeste, o que representa um percentual de 32,5% em relação aos conflitos que ocorreram em todo Brasil no mesmo período, que correspondem a 2984 (dois mil novecentos e oitenta e quatro) conflitos por água, em todas as regiões brasileiras. O mesmo relatório aponta que do total de conflitos por água na região, 80% referem-se aos conflitos que envolvem uso e apropriação de água no campo. Do que se constata que estes conflitos envolvem as disputas diretas pela apropriação da água em quantidade e qualidade suficientes para as demandas de produção e consumo da agricultura familiar e da água demandada como insumo produtivo pelo agronegócio (Silva; Silveira, 2022).

Os conflitos revelam que parte da população do Nordeste, notadamente os mais pobres, sofrem com a indisponibilidade hídrica, que é resultante direta das disputas acirradas pela apropriação da água, dentre os recursos naturais da região. Se estabelece, especialmente nas zonas semiáridas, a vinculação entre pobreza e dificuldades de acesso a água, que pode ser interpretada como resultado das características naturais da região, das estiagens previsíveis e cíclicas, ou podemos entendê-la a partir das contradições das relações entre as classes sociais na disputa pelos bens naturais no território, de modo específico, a água. Para as reflexões deste artigo, optamos pela segunda interpretação.

Além disso, a questão hídrica está imbricada na questão agrária, considerando que a concentração de terra resulta na concentração de água, de modo que políticas hídricas deveriam considerar uma ampla e responsável reforma agrária na região (ASA, 2011). Muito acertadamente Gnadlinger (et al., 2005, p. 67) afirma: Quem tem a terra, tem a água; quem tem terra e água, tem o poder econômico e político. Uma reforma agrária adaptada às condições socioambientais do Semiárido torna-se medida imperiosa e decisiva, sem a qual fracassará toda e qualquer tentativa de desenvolvimento sustentável para a região.

Sendo subproduto da questão agrária, a questão hídrica no Semiárido revela as posições distintas que o agronegócio e a agricultura familiar ocupam quanto ao acesso à terra e à água para consumo e produção de alimentos, assim como pontua Silveira (2017, p.149): “Para o agronegócio, amplas são as possibilidades de uso da água e de ocupação da terra, com o irrestrito suporte estatal, [...] Enquanto os camponeses defrontam-se cotidianamente com as expressões mais duras de uma terra dividida entre o agronegócio e a miséria”.

De um ponto de vista histórico, o Semiárido foi sendo visto e reconhecido nacionalmente a partir das secas periódicas que assolavam a região, e sendo as intervenções do Estado resumidas aos socorros emergenciais nos períodos das grandes estiagens, foi se constituindo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

grande estigmatização em relação às suas potencialidades como região. Este imaginário corroborou com as ações estatais circunscritas no âmbito da chamada indústria da seca, um sistema organizativo, que segundo Andrade (1984) foi dominado por uma minoria que utilizava os aparelhos do estado para preservar os seus interesses, distribuindo miséria para recolher fortunas.

A história das políticas de água no Nordeste e a relação com a pobreza

As intervenções estatais de carácter sistemático foram principiadas, no âmbito da questão hídrica, no século XIX após as secas de 1825, 1827 e 1830, tendo como principal método de intervenção a açudagem, que é prioritariamente destinada ao abastecimento dos grandes proprietários de terra e para a manutenção dos rebanhos (Silveira; Cordeiro; Clemente, 2014).

Com a seca dos anos de 1877 e 1879 acentuou-se a noção de Semiárido como região problemática, o que resultou na consolidação de intervenções políticas baseadas no combate à seca (Andrade; Nunes, 2014) que subentendem ações voltadas a uma suposta correção da natureza, a partir da intervenção humana. Nesse contexto, foi instituída no início do século XX a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), por meio do Decreto Lei nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, com objetivo de estudar a questão hídrica no semiárido e propor saídas para a sua resolução (Brasil, 1909).

Dez anos mais tarde, a IOCS é remodelada na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) que perpetua a adesão do enfrentamento à seca como método interventivo no Semiárido, aspecto que também é reiterado pelo Código das Águas instituído na Era Vargas. Através do Decreto 24.643 de julho de 1934, o referido código foi responsável por incentivar o aproveitamento industrial das águas.

As ações planejadas do Estado afastaram-se do atendimento da demanda rural difusa e reproduziram a noção de água como ativo em prol da lucratividade. Tal realidade perdura nas décadas seguintes, nas quais merece destaque a transformação da IFOCS em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Órgão de carácter nacional, o DNOCS, foca sua atuação no Nordeste semiárido, mais especificamente na satisfação das necessidades apresentadas pelos criadores de gado; portanto, falar de DNOCS, segundo as palavras de Oliveira (1977), era falar de oligarquia, devido sua funcionalidade na perfuração de poços em propriedades privadas, no reforço a expropriação de recursos naturais pelo capital e na exploração dos/as camponeses/as no âmbito do algodoeiro-pecuário.

Diante dessa realidade, a população mais pobre do semiárido permanecia aquém de medidas que lhes fossem favoráveis, lutando contra a ampliação da fome, sede e pobreza, através de reivindicações atendidas via medidas reducionistas e insuficientes. Exemplificação destas medidas são as Frentes de Emergência. Com atuação nos períodos de maior calamidade, elas tratavam da contratação e remuneração dos povos do semiárido, como um meio paliativo de intervir na pobreza do campo nos períodos mais críticos (Cordeiro, 2004).

Contemporânea aos métodos supracitados, foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O órgão foi destinado a proporcionar o desenvolvimento do Nordeste, por meio da integração deste à economia nacional (Oliveira, 1977). A atuação da superintendência traz a construção de açudes para a irrigação, fornecendo subsídios para fruticultura destinada à exportação e dando continuidade à supremacia do combate às secas (Silva, 2003). Diante disso, é válido reiterar os apontamos de Silva e Silva (2014), ao declarar que do princípio do século XX até meados dos anos de 1980, a atuação do Estado é conservadora e de caráter desenvolvimentista, com ausência de comprometimento com o bem-estar social.

Sumariamente, as ações do aparato estatal reproduziram a miséria no Nordeste semiárido e ampliaram a falácia da seca como culpada pela improdutividade da região. São disseminadas medidas que não se adequam à realidade, pois distanciam-se da democratização dos recursos hídricos e da implantação de uma reforma agrária contextualizada.

Andrade e Nunes (2014) explicitam que o aparato estatal reforçou as relações de poder no Semiárido desde o governo imperial até meados do século XX. Ao final deste, em concomitância com a efervescência política no período de redemocratização da sociedade brasileira, expandem-se os movimentos sociais rurais organizados, contrários às medidas orientadas pelo combate à seca e denunciando os abusos da chamada indústria da seca.

Neste contexto, como conquista democrática, a Constituição Federal de 1988 traz a água como um bem inalienável, com seu sistema de gerenciamento sob responsabilidade da União (Brasil, 1988). Este ganho é reiterado anos mais tarde com a Lei das Águas, em 1997, por meio da qual se reconhece a água como recurso natural finito que deve atender prioritariamente a dessedentação humana e animal (Brasil, 1997). Apesar das considerações supracitadas, as legislações anteriores não conseguem impedir o avanço do capital sobre os recursos hídricos, pois dotam a água de valor econômico e possibilitam a cobrança pelo seu uso, assim como a concessão de outorga, bem aos moldes neoliberais que se instaurou em âmbito nacional desde os anos de 1990.

Sinteticamente, chega-se à década de 1990 com políticas hídricas que não explicitam ou tensionam os fundamentos das desigualdades no acesso aos recursos naturais, mas apenas reproduzem a estrutura vigente, negligenciando a população mais pobre do semiárido, que é paliativamente atendida em meio a uma relação de troca de favores entre o poder público e as elites regionais, comumente compreendida como indústria da seca, que torna a seca um negócio rentável para as elites (Andrade; Nunes, 2014).

Em defesa da convivência com o Semiárido, perspectiva que se contrapõe às políticas de combate à seca, movimentos sociais rurais organizados criam em 1999 a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL), rede que conecta organizações e entidades comprometidas com a transformação social no território do Semiárido a partir da perspectiva da convivência. A ASA BRASIL elaborou o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que envolve os Programas: 1 Milhão de Cisternas (P1MC), Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido.

O P1MC foi lançado no ano de 2003 com o objetivo de construir cisternas de captação de água da chuva ao lado das residências, democratizando o acesso aos recursos hídricos por meio de uma metodologia que incluía mobilização e formação das famílias rurais (Nogueira; Milhorange; Mendes, 2020). Nesta mesma linha, o P1+2 é implantado com objetivo de garantir a segurança hídrica e alimentar, através da instalação de cisternas destinadas à produção de alimentos (ASA *online*, s.d.). Posteriormente, são criados os programas Cisternas nas Escolas, atuante nas escolas rurais do semiárido, com objetivo de garantir o aprender contextualizado na formação para a convivência com o Semiárido; e o Sementes do Semiárido, voltado para a cultura do estoque e conquista da soberania alimentar, via agrobiodiversidade (ASA *online*, s.d.).

Estes programas passam a ser paulatinamente reconhecidos pelo governo federal, recebendo financiamento, desde o P1MC no início do primeiro governo Lula em 2003. O primeiro governo Lula (2003/2010) e Dilma Rousseff (2011/2016), por suas características de conciliação de classes, absorvem demandas históricas das populações rurais nas políticas elaboradas para o Semiárido do Nordeste, especialmente articuladas a perspectiva da convivência com o Semiárido. Tais políticas, de acordo com Silva (2010), privilegiaram obras de pequeno impacto ambiental, que visava, a partir dos processos metodológicos e formativos protagonizados pela ASA, ampliar a autonomia das famílias trabalhadoras e mobilizar para a convivência com a região. Como expressão destas estratégias, merecem destaque: o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), principiado pelo Ministério de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2003 e regulamentado em 2013 pela Lei nº 12.873, de 24 de outubro; o Programa Conviver: Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido, instituído pelo presidente Lula em 2003 com objetivo na melhoria das condições de vida dos agricultores do semiárido nacional, através de ações como acesso a crédito em prol de atividades de manejo e captação de água (Silva, 2010); e Projeto Áridas, que se baseia em ideais de sustentabilidade ambiental (Brasil et al., 2008); e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (PDSA), lançado em 2005, que visava a diminuição da desigualdade social no semiárido e no desenvolvimento sustentável da região. Assim, dá-se a inserção da convivência com o semiárido nas instituições públicas e, conseqüentemente, ocorre uma aproximação do atendimento das demandas da população rural.

Apesar da implementação de políticas hídricas importantes, que atendem a um conjunto de demandas das populações trabalhadoras do Semiárido, o governo Lula também implementa o Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Midiatizado como salvação nacional, capaz de solucionar a questão da sede no Nordeste Setentrional, o megaprojeto é um empreendimento de infraestrutura hídrica que se destina às culturas de irrigação agrícola (Silva, 2007).

A exequibilidade da Transposição expõe que não há o abandono da lógica capitalista como guia da ordem social e das políticas hídricas para o Nordeste Semiárido. Sinteticamente, o Projeto retoma ideais do combate à seca, através da modificação da natureza e marca a finalização do Governo Lula, responsável por instaurar o discurso de levar água a quem tem sede via concretização das obras da transposição, a qual se seguiu nos governos sucessórios.

Sucessora de Lula, Dilma Rousseff iniciou seu mandato em 2011 e perdurou até o golpe de 2016. Dilma assumiu a presidência com os objetivos de erradicar a fome no Brasil e de universalizar o acesso à água em quantidade e qualidade. Com base nestes fins, a presidenta instaurou o plano Brasil Sem Miséria (BSM), por meio do qual, nas palavras de Campos e Alves (2014), tornava-se explícita a vinculação entre pobreza e ausência de acesso à terra e à água. Assim, por meio do Decreto 7.535, de julho de 2011, foi criado o Programa Águas Para Todos (APT) que integra o BSM, no intuito de contemplar a universalidade no acesso aos recursos hídricos. Semelhante ao Programa Cisternas, o APT incorpora as tecnologias sociais iniciadas nos projetos da ASA. A execução deste programa se dá por meio da construção de cisternas de captação de água da chuva, localizadas ao lado das casas, para uso domiciliar, e de armazenamento com destinação na produção de alimentos.

O APT representa um marco nas políticas de água para o Semiárido brasileiro porque pela primeira vez uma política hídrica para o Nordeste assume o desafio de universalizar o acesso à água de consumo humano para as populações rurais difusas do Semiárido brasileiro, considerando a experiência do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido da ASA Brasil. O Água para Todos amplia as ações do Estado na implementação de políticas de convivência e consolida definitivamente a parceria com a ASA em âmbito nacional e nos Estados.

O APT inclui, de maneira muito explícita, a universalização do acesso à água como condição de superação da pobreza rural. O Programa foi inserido no âmbito da inclusão produtiva rural, junto ao Programa Luz para Todos, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Silveira, 2017).

A política capitalista da água dos governos Lula/Dilma foi marcada por esta dualidade: ao mesmo tempo em que avançou na incorporação de políticas e programas vinculadas à perspectiva da convivência com o semiárido, manteve a direção estratégica de garantir água suficiente para o agro e hidronegócio, tomando como exemplo o Projeto da Transposição do Rio São Francisco. Em junho de 2016 Michel Temer assumiu a presidência do Brasil, após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, e instituiu na realidade nacional um regime de caráter ultraneoliberal de contrarreforma explícita, afastando-se dos planos de combate à miséria em todas as políticas assistenciais. As políticas hídricas também são afetadas com esta nova governabilidade, na qual, segundo Mattei (2018), dá-se um recuo no atendimento das necessidades explícitas pela população mais pobre da região semiárida.

As políticas de água nos governos ultraneoliberais de Temer e Bolsonaro

Ao longo dos anos de 2016 e 2018, o governo de Temer não trouxe a criação de nenhuma política inovadora no que se trata da questão hídrica. As ações realizadas ao longo dos seus dois anos de presidência são alinhadas, unicamente, aos interesses burgueses, sob o discurso de reerguimento da economia nacional, deixando de lado a adesão à convivência com o semiárido e focalizando em medidas que não ampliam a garantia de direitos e reproduzem a ideologia de pobreza e miséria no semiárido.

O ex-presidente extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o que, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2016), resultou na ampliação dos conflitos socioambientais por água; aprovou da Medida Provisória 844/2018, popularmente denominada de MP da sede

(ASSEMAE, 2018); e acarretou um sucateamento de políticas agroecológicas, a exemplo do Ater Mulheres e Ater Agroecologia, as quais, de acordo com Funari (s.d.), são políticas rurais voltadas para autonomia política e econômica das populações do Semiárido. Além das medidas supracitadas, Temer adentra na disputa pela paternidade do Projeto de Transposição do Rio São Francisco, sendo responsável pela conclusão das obras do eixo Leste, que contempla os estados de Pernambuco e Paraíba (Machini, 2019).

O governo de Michel Temer foi sucedido por Jair Messias Bolsonaro, que governou o país entre os anos de 2018 e 2022. Ao longo desse período foram continuadas medidas de favorecimento explícito ao agro e hidronegócio, ampliando-se parcerias público-privadas, que reverberam na mercadorização dos recursos naturais, dentre os quais, destacamos a água, que é descaracterizada como direito e relegada ao papel de matéria para exploração capitalista. De acordo com Malvezzi (2019), Bolsonaro ampliou o poder das empresas privadas ao dar continuidade ao megaprojeto da Transposição, desconsiderando as possibilidades de revitalização. As obras deste projeto foram finalizadas, de acordo com dados do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), em 2021, com a conclusão das operações do eixo Norte apoiada na reatualização do falacioso discurso de levar água a quem tem sede através da concretização do projeto de Transposição.

Contemporâneo ao andamento das obras da Transposição, Bolsonaro inaugurou o Programa Águas Brasileiras em dezembro de 2020, com o alegado objetivo de revitalizar as bacias hidrográficas nacionais. O Programa é a política hídrica mais recente em nível nacional que possui fins, segundo a cartilha disponibilizada pelo governo federal, no favorecimento da população que mais sofre com a escassez hídrica. O Programa propunha a minimizar as desigualdades entre as classes no acesso à água no campo, a questão do enfrentamento à miséria, e a preservação ambiental; entretanto, a sua exequibilidade é guiada a partir de parcerias público-privadas, ressaltadas pelo ex-presidente como essenciais, diante da insuficiência do Estado (Brasil, 2020).

O Programa buscava unir os objetivos de revitalização das bacias hidrográficas e preservação ambiental aos eixos temáticos que se ancoram em obras hídricas, como exemplo a construção de ramais, barragens e adutoras; além dos impulsos a modernização da agricultura irrigada (Brasil, 2020). Assim, semelhante ao projeto de Transposição, o Águas Brasileiras é midiático como uma política de expressivos ganhos sociais, contudo, os métodos de alcançar os objetivos delineados em sua cartilha são contraditórios, pois são orientados por um expressivo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

caráter de classe, especialmente pelas contradições que incorpora entre os objetivos mencionados e a sua execução. Como apontam Arruda e Silva (2023), o Programa se aproxima, no discurso, da perspectiva de convivência com o semiárido quando propõe a revitalização de bacias hidrográficas, importante reivindicação dos movimentos sociais rurais para democratização do acesso à água. No entanto, o Programa não apresenta dados concretos de sua execução no campo das revitalizações e, portanto, não pode ser avaliado quanto à sua exequibilidade. O que se pode afirmar é que a aproximação do Águas Brasileiras com a perspectiva da convivência é aparência que se desfaz em sua operacionalização, que formalmente aponta para as “parcerias entre os setores público, privado e as organizações da sociedade civil” (Brasil, 2020b, s.p.). Apesar da referência às organizações da sociedade civil, o programa demonstra imprecisão em relação às parcerias que serão instituídas e não menciona com quais sujeitos políticos atuará. Na prática, impulsiona a assistencialização da política hídrica no Nordeste, por não explicitar estratégias de participação da sociedade civil e ao estimular os mecanismos de mercado, distanciando-se da dessedentação humana e animal como prioridade assegurada na Lei das Águas de 1997.

Além do Águas Brasileiras, beneficiador do mercado das águas, as demais intervenções de Bolsonaro marcam o abandono das demandas da população mais vulnerável do semiárido, posto que se ampliou a deterioração das políticas iniciadas ao longo dos governos de Lula e Dilma, vinculadas a perspectiva da convivência com o semiárido. Como exemplificação de tal afirmativa, o Programa Cisternas sofreu, no ano de 2021 cortes no orçamento, determinados pelo governo federal, o que resultou no menor número de cisternas entregues desde o ano de lançamento do Programa. O decaimento chegou ao recorde negativo de 98% em comparação com o número de cisternas entregues em 2014 (Altino, 2021). Já em 2022, foi determinado um novo corte no orçamento do Cisternas para 2023; o valor disponibilizado seria correspondente a construção de apenas 500 cisternas em todo o ano (SINFRAJUFE, 2022).

Cortes orçamentários como este se deram também na Operação Carro-Pipa. Política de atuação no semiárido brasileiro destinada à distribuição de água potável nos períodos de estiagem, sofreu com o corte de verbas em outubro de 2022. A operação, que é financiada com recursos do Exército Brasileiro em conjunto com o MDR, teve seu orçamento suspenso, comprometendo o abastecimento hídrico de oito estados do Nordeste, o que resultou na interrupção do direito ao abastecimento de 1,6 milhão de pessoas (Carta Capital, 2022a).

Ademais, merecem destaques as denúncias de irregularidades identificadas no Programa Força-Tarefa das Águas. O referido programa atua por meio de entrega de poços, cisternas e unidades de dessalinização, intervindo nas demandas de democratização de acesso à água e uso sustentável dos recursos hídricos; contudo, no ano de 2022, segundo apontamentos encontrados no site da Carta Capital (2022b), foram detectadas irregularidades vinculadas à ausência de indicação sobre a localização de poços perfurados e ao quantitativo de beneficiários do programa. Tais ausências comprometem a verificabilidade da execução do programa e, conseqüentemente, a veracidade deste.

Os seis anos marcados por governos autoritários e de caráter ultraneoliberal retomam os ideais de combate à seca como método exclusivo de execução dos programas e projetos vinculados ao fenômeno da seca; ademais, dando continuidade à inexistência de políticas efetivas no quesito da questão agrária, abandonam os ideais de reforma e extinguem estímulos à agroecologia e a valorização da produção camponesa.

Assim, consideramos que os desafios que perpassam o atual governo de Lula são superiores em relação à realidade de 2003, quando o presidente foi eleito pela primeira vez. Na contemporaneidade não se necessita apenas de novas garantias para a população, mas da restituição de direitos suprimidos nos governos que o antecederam.

Nesse sentido, o que se espera do atual governo é um resgate da perspectiva da convivência com o semiárido como guia das políticas públicas de água, como expressão da resistência da população camponesa na defesa de seu território. Mas, acima disso, os desafios que perpassam a questão hídrica na atualidade exigem a quebra do monopólio de acesso à terra e políticas de democratização de acesso a água e comida, de modo a garantir segurança alimentar e nutricional (Baptista; Campos, 2013a), que só podem ser obtidos a partir de uma ampla reforma agrária e da necessária valorização da produção familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de água para o semiárido são, historicamente, permeadas por um dualismo no que se trata da perspectiva interventiva. As primeiras ações do aparato estatal foram guiadas pelo combate à seca, que passa a coexistir com a convivência com o semiárido em meados do século XX e no século XXI, sendo notável uma relativa incorporação das bandeiras oriundas dos movimentos sociais rurais nos governos de conciliação de classes (2003-2016) findados com o golpe que destituiu a presidenta eleita Dilma Roussef do poder. A partir desta



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

reviravolta política, as consequências no âmbito da questão hídrica são de esfacelamento dos ganhos sociais anteriormente instituídos: reatualiza-se o combate à seca, através de grandes obras hídricas; parcerias público-privadas, que ampliam o poderio das grandes empresas e relegam ao Estado o papel de mediador; e o negligenciamento das demandas camponesas. Portanto, entre os anos de 2016 e 2022, instauraram-se recuos que são desafios para o atual governo.

Lula chega à presidência em uma realidade na qual o protagonismo dos movimentos sociais foi sufocado, de modo que é necessária a retomada do diálogo com os estes e suas organizações, através da criação do Conselho de Participação Social e do Sistema de Participação Social Interministerial (Brasil, 2023). Desse modo, são aguardadas retomadas de políticas hídricas destinadas à população pobre do semiárido, assemelhando-se à retomada de programas como o Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e Mais Médicos, que foram restituídos durante os 100 primeiros dias de governo petista (Vilela, 2023).

Em síntese, a questão hídrica no semiárido perpetua-se, tendo como lastro ideopolítico a reprodução do discurso hegemônico sobre a seca no semiárido. Essa realidade, requer a reestruturação de políticas anteriormente instituídas, para se avançar, bem como um diálogo aberto com os movimentos sociais, reconhecendo-os como produtores de conhecimento coletivo, alinhados da defesa das necessidades sociais e do acesso à água como direito fundamental.

REFERÊNCIAS

ALTINO, Lucas. Principal programa de armazenamento de água no Nordeste sofre cortes do governo federal e atinge seu pior resultado em 2021. In: **O GLOBO**, 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/principal-programa-de-armazenamento-de-agua-no-nordeste-sofre-cortes-do-governo-federal-atinge-seu-pior-resultado-em-2021-25307374>>.

Acesso em: 12 mai. 2023

ANDRADE, Manuel Correia de. A Questão Regional: O Caso do Nordeste Brasileiro. In: MARANHÃO, S (org.). **A Questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ANDRADE, Jucilaine Aparecida; NUNES, Marcos Antônio. Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região. **Revista espinhaço**, Online, v. 3, p. 28-39, out. 2014.

ARRUDA, Maria Eduarda da Silva; SILVA, Gabriela Alves do Nascimento. **O Estado entre o combate e a convivência: uma análise das políticas públicas de água no semiárido brasileiro** (2016-2022). Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – CCSA/UFPE, Recife/PE, p. 85. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ASA BRASIL (*online*). **Articulação Semiárido Brasileiro**. Disponível em:
<https://www.asabrasil.org.br/>. Acesso em: 14 mai. 2023.

_____. **Acesso à água para as populações do Semiárido brasileiro**: propostas da sociedade civil. 2019. Disponível em: WWW.ASABRASIL.ORG.BR. Acesso em: 14 mai. 2023.

ASSEMAE. **A verdade sobre a Medida Provisória 844**: a MP da Sede. 2018. Disponível em:
<<http://www.asemae.org.br/noticias/item/3998-a-verdade-sobre-a-medida-provisoria-844>>.
Acesso em: 13 mai. 2023.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto a. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. In: CONTE, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro**: Autonomia e Protagonismo Social. Brasília-DF: Editora IABS, 2013.

_____. b. Possibilidades de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento no Semiárido. In: CONTE, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro**: Autonomia e Protagonismo Social. Editora IABS, Brasília-DF, Brasil – 2013.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.619, DE 21 DE OUTUBRO DE 1909**. Brasília, DF: Diário Oficial, 1909.
_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997.

_____. Nova delimitação do semiárido brasileiro. In: **Ministério da Integração Nacional/ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**. 2 abr. 2018. Disponível em:
<http://antigo.sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

_____. a. MDR. **Programa Águas Brasileiras**. 2020. Disponível em:
https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/programa-aguas-brasileiras/programa_aguas_brasileiras_final_compressed_compressed.pdf. Acesso em: 13 mai. 2023.

_____. b. **Programa Águas Brasileiras**. 17 dez. 2020. Disponível em:
<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/programa-aguas-brasileiras/programa-aguas-brasileiras-1>. Acesso em: 13 mai. 2023.

_____. Secretaria-Geral. **Governo cria Conselho de Participação Social e reabre diálogo com movimentos sociais**. 31 jan. 2023. Disponível em:
<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/janeiro/governo-cria-conselho-de-participacao-social-e-reabre-dialogo-com-movimentos-sociais>. Acesso em: 14 mai. 2023.

CAMPOS, Arnaldo de; ALVES, Adriana Melo Alves. O Programa Água para Todos: ferramenta poderosa contra a pobreza. In: CAMPELLO, TEREZA; FALCÃO, TIAGO; COSTA, PATRÍCIA VIEIRA DA (Org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília - DF: MDS, 2014. p. 467–491.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CARTA CAPITAL a. **Obras do governo Bolsonaro são abandonadas e não levam água ao Nordeste, revela jornal.** 2022. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/obras-do-governo-bolsonaro-sao-abandonadas-e-nao-levam-agua-ao-nordeste-revela-jornal/>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

_____ b. **Após eleição, governo Bolsonaro corta abastecimento de água para 1,6 milhão no Nordeste.** Nov. 2022. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/apos-eleicao-governo-bolsonaro-corta-abastecimento-de-agua-para-16-milhao-no-nordeste/>>. Acesso em: 08 mai. 2023.

CORDEIRO, Rosineide de L. Meira. **Além das secas e das chuvas:** os usos da nomeação *mulher trabalhadora rural* no Sertão Central de Pernambuco. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de estudos Pós Graduated em Psicologia Social, PUC/SP, São Paulo, 2004.

CIRILO, José Almir. Políticas públicas de recursos hídricos para o semi-árido. In: Estudos Avançados 22 (63), 2008.

CPT. Conflitos no Campo – Brasil 2016. . [S.l.]: **Comissão Pastoral da Terra** – CPT Nacional Brasil. Disponível em:

<<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

FUNARI, Juliana. NO ENCONTRO DAS ÁGUAS: MULHERES CAMPONESAS DO SERTÃO DO PAJEÚ TRANSFORMANDO O SEMIÁRIDO. In: **MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS DOS SERTÕES.** Observatório ITAÚ CULTURAL. [s.d.]. Disponível em:

<https://portal-assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/100115/13_-_Juliana_Funari.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.

GNADLINGER, Johann; SILVA, Aderaldo de Souza; BRITO, Luiza Teixeira de Lima. P1+2: Programa uma terra e duas águas para um Semi-Árido sustentável. In: **5º Simpósio Brasileiro de Captação e Manejo de Água de Chuva.** Teresina – PI, 2005. Disponível em: www.abcmac.org.br/files/simposio/5simo_gnadlinger_programap1mais2.pdf. Acesso em: 14 mai. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico 2010:** características da população e dos domicílios. . [S.l.]:

IBGE, 2011. Disponível em:

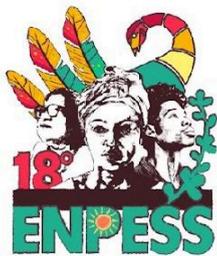
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf. Acesso em: 14 mai. 2023.

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização:** a alternativa ecossocialista. Caderno CRH, v. 26, n. 67, p. 79–86, 2013

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião:** sudene, nordeste, planejamento e conflitos de classe. 2a ed. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1977.

MACHINI, Mariana Luiza Fiocco. “Isso não é água, é uma bênção que veio pro Nordeste”.

Disputas pela água no contexto da “Transposição do Rio São Francisco”. In: **VII ReACT: Reunião**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de Antropologia da Ciência e Tecnologia, 2019, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC. Anais da VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia. ISSN: 2358-5684.

MALVEZZI. **São Francisco, transposição privatizada?** Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em:
<<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591509-sao-francisco-transposicao-privatizada>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

MATTEI, Lauro. A POLÍTICA AGRÁRIA E OS RETROCESSOS DO GOVERNO TEMER. In: **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 293-307, 2018. ISSN: 1982-3878. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>.

SANTOS, Cícero Félix dos; SCHISTEK, Haroldo; OBERHOFER, Maria. **No Semiárido, Viver é Aprender a Conviver**: Conhecendo o Semi-árido em Busca da Convivência. Nov. 2007. Disponível em:
<<https://irpaa.org/publicacoes/cartilhas/no-semiarido-viver-e-aprender-a-conviver.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **ENTRE DOIS PARADIGMAS**: combate à seca e convivência com o semi-árido. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003.

_____. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido**: políticas públicas e transição paradigmática. In: *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007.

_____. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010 (Série BNB Teses e Dissertações, n. 12).

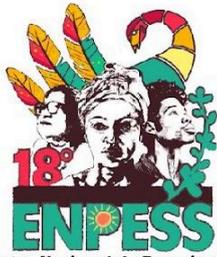
SILVA, A. P.; SILVA, C. M. **PLANEJAMENTO AMBIENTAL PARA BACIAS HIDROGRÁFICAS**: convergências e desafios na bacia do rio Capibaribe, em Pernambuco-Brasil. *HOLOS*, ano 30, v. 01, 2014.

SILVEIRA, Sandra Maria Batista; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira; CLEMENTE, Flávia da Silva. **A condução das políticas hídricas para o Semiárido Brasileiro: a ação do Estado e as lutas sociais**. 2014. Doi: 10.5212/Emancipação. V. 14i2.0006.

SILVEIRA, Sandra Maria Batista. **A geopolítica da sede no Brasil**: um estudo sobre água e pobreza no campo. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – CCSA/UFPE, Recife – PE, 2017.

SINFRAJUFE. **Governo corta em até 97% verbas de programas alimentares e de acesso à água no Orçamento de 2023**. Publicado em: 27/09/2022. Disponível em:
<https://sintrajufe.org.br/ultimas-noticias-detalle/governo-corta-em-ate-97-verbas-de-programas-alimentares-e-de-acesso-a-agua-no-orcamento-de-2023/>. Acesso em: 08 mai. 2023.

VILELA, Pedro Rafael. **Retomada de programas e revisão de medidas marcam 100 dias de Lula**. 10 abr. 2023. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-04/retomada-de-programas-e-revisao-de-medidas-marcam-100-dias-de-lula>. Acesso em: 14 mai. 2023.